

Carlos Marighella e a resistência à ditadura militar pelas ondas sonoras em 1969

Carlos Marighella and resistance to the military dictatorship by the sound waves in 1969

Izani Mustafa

UFMA

Ismael Gonçalves Silva

Unesc

Resumo: Há 55 anos, num dos piores momentos da Ditadura Militar no Brasil, em 1969, Carlos Marighella, resistiu ao autoritarismo de várias maneiras. Entre elas, usando as ondas sonoras de uma emissora no interior de São Paulo. Revolucionário para alguns, guerrilheiro para outros, ele era do Partido Comunista Brasileiro e, quando rompeu com o partido, criou a Ação Libertadora Nacional (ALN), favorável à luta armada para derrubar a ditadura. Duas ações demonstram como o grupo fez o contraponto à informação divulgada pelos meios de comunicação tradicionais que estavam sob censura. Uma delas foi a tomada da Rádio Nacional de São Paulo, em Piraporinha, em 15 de agosto de 1969. A outra era a distribuição de uma gravação de dez minutos, produzida pela Rádio Libertadora, para algumas emissoras. Para reconstituir essa história foi realizada uma revisão bibliográfica em outras de autores como Magalhães (2012), Gaspari (2002), Fausto (2004) e duas obras escritas pelo próprio Marighella (1979) e a audição de material sonoro disponível na internet.

Palavras-chave: Rádio; Rádio Nacional de São Paulo; Ditadura Militar; Marighella.

Abstract: Fifty-five years ago, in one of the worst moments of the Military Dictatorship in Brazil, in 1969, Carlos Marighella resisted authoritarianism in several ways. One of them was using the airwaves of a radio station in the interior of São Paulo. A revolutionary for some, a guerrilla for others, he was a member of the Brazilian Communist Party and, when he broke with the party, he created the National Liberation Action (ALN), which supported the armed struggle to overthrow the dictatorship. Two actions demonstrate how the group countered the information disseminated by traditional media outlets that were under censorship. One of them was the takeover of the National Radio of São Paulo, in Piraporinha, on August 15, 1969. The other was the distribution of a ten-minute recording, produced by the Libertadora Radio, to some radio stations. To reconstruct this story, a bibliographic review was carried out on other works by authors such as Magalhães (2012), Gaspari (2002), Fausto (2004) and two works written by Marighella himself (1979) and the listening of sound material available on the internet.

Keywords: Radio; National Radio of São Paulo; Military dictatorship; Marighella.

Recebido em 1 de julho de 2024.

Aprovado em 19 de novembro de 2024.

O Golpe Militar e a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)

O período ditatorial brasileiro, marcou profundamente a história recente do país quando, ao derrubar forças democráticas governantes, foi instaurado no Brasil um período de extrema violência e de violação de direitos aos considerados opositores políticos. Com o apoio de parte da imprensa, empresários e da sociedade, militares tomaram o poder político, constitucionalmente estabelecido, fechando o congresso, acabando com a liberdade de expressão, implementando a censura e perseguindo a todos aqueles que fizessem oposição e/ou lutassem para a volta da Democracia. Muitos foram presos, mortos e outros estão desaparecidos até hoje.

Por meio de uma revisão bibliográfica e audição de material sonoro disponível na internet, este artigo possui como objetivo principal analisar um evento da trajetória de Carlos Marighella que, em 1969, participou da luta armada contra a ditadura e também resistiu ao autoritarismo usando as ondas sonoras do rádio para falar, pois a imprensa tradicional, aliada do regime, divulgava apenas o que era de interesse do sistema político. Nascido na região Nordeste, Marighella pertenceu ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) entre os anos de 1932 e 1964, quando criou a Ação Libertadora Nacional (ALN), organização política favorável à luta armada no combate à ditadura. Neste contexto de lutas, duas de suas ações, relativas à comunicação, destacaram-se como contraponto às informações divulgadas pelos meios de comunicação tradicionais colaboracionistas ou que estavam sob censura. A primeira foi a tomada da Rádio Nacional de São Paulo, em Piraporinha, em 15 de agosto de 1969. A segunda foi distribuição de uma gravação de dez minutos, produzida pela Rádio Libertadora, para algumas emissoras que, com o apoio de técnicos ou funcionários contrários ao autoritarismo, colocaram no ar até serem descobertos.

1. Os governos militares e as reverberações do Golpe: o fim dos direitos civis e políticos

O Golpe Militar, no Brasil, se concretizou a partir de março de 1964, com a participação de alguns movimentos conservadores e tradicionalistas como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo, que se uniu à mobilização da Associação dos Marinheiros para reivindicar direitos, sob a liderança do cabo Anselmo. O último fato ganhou enormes proporções e fez com que o ministro da Marinha, Sílvio Mota, se demitisse. Para ocupar a sua pasta, o presidente da República, João Goulart,

nomeou o almirante reformado Paulo Rodrigues, que contava com o apoio do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Outro importante episódio do pré-golpe foi o discurso de Jango na Assembleia Geral de Sargentos, no Rio de Janeiro, que provocou confrontos entre diferentes setores militares. Segundo Fausto (2004, p. 461), na noite de 1º de abril, Jango vai para Brasília e tenta evitar “qualquer ação que pudesse resultar em derramamento de sangue.” Neste processo, ao viajar de Brasília para Porto Alegre para impedir a fragmentação do poder político, o presidente do Senado, Auro Moura Andrade, declarava vacância da Presidência da República. Assim, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assume o poder até 15 de abril e, de acordo com Fausto, “o poder já não estava nas mãos dos civis e sim dos comandantes militares.” (FAUSTO, 2004, p. 461). Diante dessas manobras, Leonel Brizola, cunhado de Jango, tentou mobilizar as tropas e a população do Rio Grande do Sul contra o golpe, mas, em fins de abril de 1964, Brizola e Jango estavam exilados no Uruguai.

Com o fim da democracia, o Brasil mergulha em uma Ditadura Militar que durou 21 anos, de 1964 a 1985. Ao assumirem o poder os militares instalam um regime autoritário, com a imposição da censura prévia aos meios de comunicação, supressão de vários direitos constitucionais, perseguição, repressão e tortura aos opositores. No poder estavam os ministros militares, como o general Arthur da Costa e Silva, que ocupava a pasta da Guerra.

Em 9 de abril, os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica baixam o primeiro Ato Institucional número 1 que manteve a Constituição de 1946 com várias alterações, mas o Congresso continuou aberto. As medidas fortaleciam o Poder Executivo e o enfraquecimento da atuação do Congresso, garantindo que o presidente da República pudesse enviar ao Legislativo projetos de lei para serem apreciados em até 30 dias, tanto na Câmara como no Senado. O AI-1 dá poderes aos militares e “suspendeu as imunidades parlamentares, e autorizou o comando supremo da revolução a cassar mandatos em qualquer nível – municipal, estadual e federal – e a suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos.” (FAUSTO, 2004, p. 466). A decisão ainda permitiu a instalação dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs), órgãos com poderes excepcionais para perseguir os adversários do regime.

A repressão começou com os estudantes que tinham tido papel relevante no governo de João Goulart. Com o fim da União Nacional dos Estudantes (UNE), seguiu-

se com dissolução das ligas camponesas no Nordeste, fechamento e intervenção em sindicatos, federações de trabalhadores e universidades, culminando com a cassação do mandato de 40 deputados e a suspensão de 49 juizes. Também foram afastadas aproximadamente 1.400 pessoas de cargos burocráticos civis e mais de 1.200 das Forças Armadas.

Os militares também cassaram os mandatos dos governadores de Pernambuco, Miguel Arraes, e do Sergipe, Seixas Dória. Personalidades conhecidas como Jango, Brizola, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek perderam seus direitos políticos. Em junho de 1964 foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), tendo como idealizador o general Golbery do Couto e Silva. O órgão tinha o poder de controlar os cidadãos por meio da análise de informações relacionadas à segurança nacional, à contrainformação e à informação de subversão interna.

O primeiro presidente militar, eleito pelo voto indireto do Congresso Nacional, de acordo com o AI-1, foi o general Humberto de Alencar Castelo Branco (15 de abril de 1964 a 31 de janeiro de 1966), que pertencia ao grupo da Escola Superior de Guerra (ESG) e pretendia “reformular o sistema econômico capitalista, modernizando-o como um fim em si mesmo e como forma de conter a ameaça comunista.” (FAUSTO, 2004, p. 470). Durante seu governo foram baixados três Atos Institucionais. O AI-2, criado em 17 de outubro de 1965, determinando que a eleição para presidente e vice-presidente da República seria realizada pela maioria absoluta do Congresso Nacional, com sessão pública e com voto nominal, e extinguiu os partidos políticos existentes, criados ao final do Estado Novo, passando a ter apenas dois partidos: a Ação Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Por sua vez, o AI-3 estabeleceu o princípio da eleição indireta dos governadores dos Estados por meio das assembleias estaduais. De acordo com Cristiano Paixão (2020), o Ato Institucional nº 3 estabeleceu na política local o modelo adotado no processo eleitoral nacional:

[O Ato Institucional] nº 3, [instaurou] para as eleições para governador, o modelo das eleições indiretas estabelecido no AI-2. O AI-3, em sua exposição de motivos, relembra que o “Poder Constituinte da Revolução lhe é intrínseco” e, como seus antecessores, modifica radicalmente o texto da Constituição de 1946 – que, não obstante isso, continua valendo. (Paixão, 2020, p. 234).

A fim de realizar mais mudanças, o governo criou uma nova Constituição e, para que fosse aprovada, sem grandes alardes, baixou o AI-4 que reuniu extraordinariamente o Congresso que tinha sido fechado em outubro de 1966. Conforme Paixão (2020, p. 234), isso significava “que um ato de exceção, decidido de forma unilateral pelo Executivo, sem aprovação congressional” pode convocar o Legislativo que ganhou poderes constituintes. A Constituição de 1967 ampliou os poderes do Executivo, e “o novo texto constitucional faria um aceno aos atos institucionais pretéritos. Em seu art. 173, a Constituição ratificou todos os atos institucionais até então baixados e os excluiu de apreciação judicial”.

Com a nova constituição em vigor, ampliando consideravelmente os poderes e atribuições do executivo, garantindo sua preponderância sobre os demais poderes, em 15 de março de 1967, toma posse o novo presidente, o general Artur da Costa e Silva, e o vice da UDN Pedro Aleixo. Costa e Silva era do grupo mais linha dura do regime e favorável a um nacionalismo mais autoritário das Forças Armadas. Com ele na presidência, aumentam os protestos em todo o país e o autoritarismo e a repressão ficam fortalecidos. Enquanto isto, a oposição começava a se rearticular e, de acordo com Denise Rollemberg (2003), o ano de 1967 foi definidor da articulação política da oposição aos regimes autoritários da América Latina, momento no qual a luta armada se espalhou por todo o continente estabelecendo locais com formação e treinamento de guerrilha em países como Argentina, Brasil, Bolívia, Peru e Cuba.

Um ano depois, em 1968, no Uruguai, Jango, Juscelino e Lacerda formam a Frente Ampla para lutar pela redemocratização e garantia dos direitos dos trabalhadores. A repressão era contestada, principalmente, pelos estudantes, artistas e trabalhadores. Uma das manifestações mais marcantes aconteceu depois da morte do estudante Edson Luís, morto no restaurante Calabouços no Rio de Janeiro, em confronto entre policiais e estudantes. Como resposta, o movimento estudantil, os integrantes da igreja e da sociedade civil realizaram, em 25 de junho de 1968, a Passeata dos Cem Mil.

Neste mesmo período, aconteceram duas greves. Uma em Contagem (BH), quando 1.700 operários da Siderúrgica Belgo Mineira paralisaram e fizeram os diretores como reféns. Uma semana depois, mais de 15 mil trabalhadores pararam para exigir um aumento salarial de 25%. Dez dias depois, um acordo acabou com o movimento. Em Osasco (SP), a greve ocorreu em 16 de julho e reuniu trabalhadores e estudantes ocupando a fábrica metalúrgica Cobrasma, sob “influência de grupos de esquerda que tinham

assumido a perspectiva de que só a luta armada poria fim ao regime militar.” (FAUSTO, 2004, p. 478).

Os grupos se espelhavam na Revolução de Cuba e nas guerrilhas que estavam surgindo em diferentes países da América Latina. No Brasil, o PCB era contra a luta armada e o grupo liderado por Carlos Marighella rompeu com o partido e criou a Ação Libertadora Nacional (ALN), favorável à luta armada. Além da Ação, existiam outros grupos: o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Conforme aponta Rollemberg (2003), a partir de 1967

Carlos Marighella surgiu para os cubanos como o principal nome da revolução no Brasil. Daí até o início dos 1970, Cuba treinou guerrilheiros de organizações de vanguarda que seguiram o caminho da luta armada, principalmente, da ALN, da VPR e do MR-8. Cuba elegeu, então, a organização de Marighella como a mais apta, mas sem deixar de apoiar as outras duas, para desencadeá-la. (Rollemberg, 2003, p. 58).

Quando as primeiras ações dos grupos de luta armada começaram a se espalhar pelo Brasil, o regime ficou mais austero e criou mais um instrumento para acabar com os chamados subversivos. A resistência e a oposição à ditadura fizeram com que o deputado federal Márcio Moreira Alves (MDB) propusesse ao povo para que não comparecesse às festividades de 7 de setembro, Dia da Independência. Os militares reagiram e exigiram a punição do parlamentar. No entanto, a Câmara não aceitou a determinação, levando Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968, a decretar o Ato Institucional nº 5, fechando logo em seguida o Congresso.

No ano seguinte, em 1969, as ações armadas aumentaram. Na metade do ano, Costa e Silva sofre um derrame e os ministros militares violam a Constituição e assumiram o poder, no período de 31 de agosto a 30 de outubro de 1969, com a garantia do AI-12. A Junta Militar foi formada por representantes do Exército, Lira Tavares, da Marinha, Augusto Rademaker, e da Aeronáutica, Márcio de Sousa e Melo. Ao mesmo tempo, a esquerda radical reagiu e usava como tática para pressionar o governo o sequestro de membros do corpo diplomático estrangeiro, com a finalidade de trocá-los por prisioneiros políticos do regime. Entre eles aconteceu o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick, no Rio de Janeiro, realizado pela ALN e o MR-8, quatro dias depois da Junta Militar assumir o poder. De acordo com Pamela de Almeida Resende (2019), os ativistas políticos requeriam em troca da soltura do embaixador:

A divulgação de um “manifesto revolucionário” dos sequestradores em rede nacional e a libertação de 15 presos políticos em troca da vida do embaixador [...] O Alto Comando militar também não parecia satisfeito com a ideia de “se render” às exigências dos sequestradores. A divulgação do manifesto lido em rede nacional, em plena Semana da Pátria, atingia um dos objetivos da ação: a denúncia, no Brasil e no exterior, de violações de direitos humanos praticadas pelo regime. (Resende, 2019, p. 114-115).

Para combater as ações como estas, o governo criou o AI-13, que punia todos os brasileiros que fossem considerados nocivos ou perigosos à segurança nacional, e o AI-14, que estabeleceu a pena de morte para aqueles envolvidos em casos de guerra externa, psicológica adversa, revolucionária ou subversiva. Em outubro de 1969, a Junta Militar determinou como vagos os cargos de presidente e vice-presidente e marcou as eleições para o Congresso Nacional para 25 de outubro. Assim, foi eleito para presidente o general Emílio Garrastazu Médici, que assumiu em 30 de outubro e permaneceu até 15 de março de 1974. Esse foi o período no qual a repressão ficou mais rigorosa e violenta com o objetivo de acabar com as ações da luta armada e para silenciar os simpatizantes das ações contrárias à Ditadura Militar.

Segundo Fausto (2004), o “governo de Médici não se limitou à repressão” porque distinguiu da população o grupo que era adversário do governo, debelado pela repressão. (FAUSTO, 2004, p. 484). Nesse mesmo período, a sociedade era contagiada pela propaganda que destacava os avanços econômicos do país, transformando-o numa grande potência, num país que caminhava para a modernidade.

2. Marighella, um revolucionário que levantou a voz contra a Ditadura Militar

Carlos Marighella nasceu em 5 de dezembro de 1911, em Salvador (BA). Era filho de um imigrante italiano com uma negra, descendente dos haussás, conhecidos pela combatividade nas sublevações contra a escravidão. Quando adolescente, interessou-se pelas lutas sociais e, aos 18 anos, começou o curso de Engenharia, na Escola Politécnica da Bahia. Aos 21 anos, tornou-se militante da juventude do PCB para defender a causa dos trabalhadores, a independência nacional e o socialismo. Na década de 1930, quando Getúlio Vargas era o presidente da República, Marighella participou de manifestações contra algumas arbitrariedades e decisões políticas que discordava. Foi preso com a acusação de subversão pela primeira vez em 1932, depois de escrever um poema com críticas ao interventor Juracy Magalhães.

Em 1936, abandonou a Engenharia e foi para São Paulo, onde ajudava a reorganizar o partido. É preso pela segunda vez, em maio. Militava sob o codinome de Nerval e era o secretário técnico da organização do PCB. Durante 23 dias sofreu com a tortura da polícia de Filinto Müller e ficou encarcerado por um ano, sendo libertado pela anistia do ministro Macedo Soares, conhecida como Macedada, que libertou os presos políticos sem condenação. Mas, quatro meses depois, Getúlio Vargas instaurou o Estado Novo e Marighella passou a viver na clandestinidade com a missão de reorganizar os revolucionários comunistas, atingidos pela repressão.

No entanto, em 1939, ele é preso novamente e torturado na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, sem que a polícia tivesse essa informação. Nos seis anos seguintes, ficou detido nos presídios de Fernando de Noronha e de Ilha Grande, onde trabalhava na educação cultural e política dos companheiros presos. Em abril de 1945, é anistiado e vai participar do processo de redemocratização do país, dando continuidade à reorganização do PCB que voltou à legalidade. Marighella concorreu e foi eleito deputado federal da Assembleia Constituinte pela Bahia. A defesa dos operários era a sua principal bandeira. Os anais contêm 195 discursos de Marighella.

No ano seguinte, seu mandato foi cassado pela repressão do general Eurico Gaspar Dutra. Mesmo tendo o apoio de Luís Carlos Prestes, Dutra comanda a repressão aos comunistas e Marighella foi obrigado a retornar à clandestinidade. Em 1947, a União da Juventude Comunista é fechada. Três anos depois, em São Paulo, o militante se manteve na militância e se integrou às lutas populares organizadas pelos trabalhadores e estudantes. Entre 1949 e 1954, participou da campanha **O Petróleo é nosso** e organizou a greve geral dos Cem mil. Como era considerado “esquerdistas” pela direção do PCB, foi enviado à China, depois à União Soviética voltando ao Brasil em 1954. A greve geral dos Cem Mil, de acordo com Ricardo José Sizilio (2019), foi um importante marco político na vida de Marighella que, somada à Greve dos Trezentos Mil, conseguiu pressionar o Estado de São Paulo, demonstrando a força política do partido comunista. Isso fez com que o político e ativista fosse colocado na mira dos conservadores paulista, bem como reforçou a sua força como o principal representante do Partido. No ano seguinte, com Juscelino Kubistchek no poder, a perseguição aos comunistas praticamente desapareceu.

De 1956 a 1959, a União Soviética iniciou a desestalinização, um movimento iniciado após a morte de Stalin. No 20º Congresso do Partido Comunista Nikita Krushev fez um discurso desmistificando as ações do governo de Stalin, marcadas pela repressão

e perseguição aos inimigos. A partir dessa mudança no governo da união Soviética, o PCB adere à linha mais pacífica, apesar da vitória da Revolução Cubana. Em 1964, Marighella era responsável pela coordenação da propaganda do PCB. Quando João Goulart tomou posse, Marighella discordou da linha oficial do PCB, criticando a subordinação do partido à burguesia.

Depois do Golpe Militar, decretado em 31 de março de 1964, que depôs o presidente da República João Goulart, em 9 de maio do mesmo ano, Marighella foi localizado por agentes do DOPS num cinema do bairro da Tijuca. Cercado pelos policiais, revidou com socos e gritos de ‘Abaixo a ditadura militar fascista’ e ‘Viva a democracia’. Era a maneira que tinha para demonstrar que estava contra o sistema político instaurado e de resistir, por meio das palavras de ordem, à prisão forçada, porque era considerado um rebelde. Por isso, levou um tiro no peito. Três meses depois foi solto, muito mais magro, com cerca de dezesseis quilos a menos.

Em 5 de maio de 1965, o Comitê Central do PCB se reuniu em São Paulo e enfrentou uma crise interna por causa de duas posições que deveriam ser tomadas. De um lado estavam a maioria que dava apoio a Luiz Carlos Prestes e defendiam a participação dos comunistas numa frente contra a ditadura. Do outro lado estavam os que eram liderados por Mário Alves, Manuel Jover Teles, Jacó Gorender e Neri Reis de Almeida que apoiavam a luta armada como estratégia política (Abreu, s/d). A cúpula rachou, mas Prestes passou a controlar a situação. Assim, o partido participou das eleições municipais e apoiou o candidato a governador pelo antigo estado da Guanabara Francisco Negrão de Lima, eleito em outubro de 1965. (Abreu, s/d).

Em dezembro de 1966 Marighella envia uma carta à Comissão Executiva do PCB e pede o seu desligamento, justificando que prefere lutar como revolucionário: “Minha disposição é lutar revolucionariamente junto com as massas e jamais ficar à espera das regras do jogo político e burocrático e convencional que impera na liderança.” (Marighella, 1979, p. 90). Ainda em 1966, Marighella escreveu *A Crise Brasileira*: ensaios políticos, onde expôs suas críticas à linha do PCB e defendia a adoção da luta armada contra a ditadura porque, para ele, sem o recurso da violência por parte das massas, a ditadura seria mais longa. Em 10 de dezembro de 1966 Marighella, que estava com 55 anos, escreveu uma carta dando adeus à Comissão Executiva do PCB, partido onde estava há 32 anos:

O contraste de nossas posições políticas e ideológicas é demasiado grande e existe entre nós uma situação insustentável. Na vida de um combatente, é preferível renunciar a um convívio formal a ter de ficar em choque com a própria consciência. Nada tenho a opor aos camaradas pessoalmente. [...] Desejo tornar público que minha disposição é lutar revolucionariamente junto com as massas e jamais ficar à espera das regras do jogo político burocrático e convencional que impera na liderança. (Magalhães, 2012, p. 335).

Em agosto de 1967, o revolucionário viajou para Cuba para participar da conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade-OLAS, mesmo desautorizado pelo partido. Para ele, não era necessário pedir licença para praticar atos revolucionários. A rebeldia foi punida e o militante foi expulso do PCB.

Meses depois, em 1968, o revolucionário fundou a Ação Libertadora Nacional (ALN), grupo criado para combater a ditadura com armas. “Entre militantes, simpatizantes e apoios, Marighella pode ter ficado com a militância e o apoio de cerca de mil comunistas que até então tinham gravitado em torno do PCB. Disponha de núcleos ativos em sete estados.” (Marighella, 1979, p. 249).

E foi em 1968 que as ações de luta armada aumentaram no Brasil. De acordo com o militante, o “terrorismo de esquerda tomara a ofensiva tanto na quantidade como na qualidade. As ações de significado político, que rendiam publicidade, prevaleceram sobre aquelas com objetivo logístico, que buscavam dinheiro e armas.” (Marighella, 1979, p. 327). Marighella participava de várias ações armadas para recuperar fundos para a construção da ALN. Uma delas foi o desbaratamento do comício de Abreu Sodré, em São Paulo. Noutro momento, o movimento estudantil organizou manifestações e mobilizou aproximadamente 100 mil pessoas. Para ele, a guerra revolucionária “pretendia significar um salto de qualidade no combate ao regime.” (Marighella, 1979, p. 327). Para ele, a luta armada era inevitável. Em 1968 foram realizados 17 assaltos a agências bancárias e carros-fortes em São Paulo, sendo um a cada três semanas. Conforme Gaspari, “nos últimos cinco meses do ano seguinte esse número saltou para 59, um a cada seis dias.” (Gaspari, 2002, p. 354).

Marighella também participou do assalto ao trem pagador da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, o que rendeu ao grupo 108 mil cruzeiros novos, hoje equivalente a 576 mil reais. Ele conseguiu fugir. Em 6 de novembro de 1968, numa outra ação, o próprio Marighella comprou um fusca para ser usado numa outra ação da ALN no Rio de Janeiro. Desta vez o objetivo era realizar o assalto ao trem pagador do Instituto de Previdência do Estado da Guanabara, o que rendeu ao grupo 31 mil dólares. A polícia localizou o dinheiro

expropriado, prendeu um dos participantes e chegou ao nome do comandante da operação, Marighella. Ao todo, sete revolucionários participaram do assalto, sendo que seis foram identificados. O assalto e a caça ao mentor foram largamente noticiados na imprensa. Até que em 20 de novembro de 1968 o ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, num discurso no quartel-general do II Exército, em São Paulo, declarou Marighella “inimigo público número um”. (Magalhães, 2012, p. 412).

Considerado inimigo público da nação, ele se transformou em alvo de caçada pela polícia. A capa da Revista Veja, por exemplo, estampou o seguinte aviso: “Procura-se Marighella, chefe comunista, crítico de futebol em Copacabana, fã de cantadores de feira, assaltante de bancos, guerrilheiro, grande apreciador de batidas de limão.” (Gaspari, 2002, p. 329). O revolucionário era considerado o chefe do grupo que estava aterrorizando o país. Enquanto era procurado em todo território nacional, ele passou boa parte, entre 1964 e 1969, morando no Rio de Janeiro, em diferentes lugares, como no subúrbio e em Copacabana.

3. A ocupação da Rádio Nacional de São Paulo

Em tempos de AI-5 e censura, a imprensa tradicional, como jornal, rádio e televisão, não podiam noticiar tudo o que acontecia, principalmente as ações dos grupos de esquerda que defendiam a democracia. Muitas vezes o ALN distribuía panfletos impressos assinados por Marighella, como forma de contrapor a mídia e informar a população. Os culpados de incêndios e outros fatos envolvendo crimes eram sempre atribuídos aos considerados subversivos.

Desde o AI-5, os espaços na mídia eram raros, e “tornara-se impensável veicular um documento da lavra de Marighella, como o Jornal do Brasil se atrevera em setembro de 1968.” (Magalhães, 2012, p. 453). A ALN podia organizar manifestos, distribuir panfletos, invadir rádios, nada era veiculado na imprensa. Por isto, os panfletos distribuídos “não atingiam círculos mais amplos que os da esquerda armada, pois o jornalismo calava sobre eles.” (Magalhães, 2012, p. 453). Desta forma, ao se submeter ao controle compulsório do Estado brasileiro, a mídia e seus diferentes dispositivos não cumpriam o seu papel de comunicar e levar distantes informações as mais diferentes camadas da população. De acordo com Ribeiro e Bertol (2021), durante o período ditatorial a mídia brasileira, que antes trabalhava com liberdade de expressão e

profissionalização, foi obrigada a se adaptar para sobreviver e assim acertou novas táticas para lidar com os agentes da repressão (Ribeiro e Bertol, 2021, p. 29).

Por perceber que não teria espaço na mídia, Marighella aceitou a ideia do companheiro, o estudante José Wilson Lessa Sabbag, de acabar com intermediários na comunicação e sugeriu que o grupo falasse numa estação de rádio, a mais ouvida e no horário de ótima audiência. Marighella sentia-se um:

pregador no deserto, Marighella se encantou com o oásis oferecido pelo companheiro José Wilson Lessa Sabbag. O estudante propôs o fim dos intermediários: que falassem diretamente às pessoas, na estação de rádio mais ouvida e no horário campeão de audiência. (Magalhães, 2012, p. 454).

O estudante de Direito da PUC, Sabbag confidenciou a Marighella sobre o alvo: a Rádio Nacional de Piraporinha, na grande São Paulo, que não era pública, como a Nacional do Rio de Janeiro, mas pertencia às Organizações Globo. Além dos aspectos anteriormente debatidos, a Rádio Nacional de Piraporinha era também uma retransmissora da Nacional do Rio de Janeiro e a distância chegava a 600 quilômetros, no momento em que os revolucionários estivessem no ar. Isso significa dizer que em seu raio de alcance chegava a importantes cidades e estados como São Paulo e Rio de Janeiro e, assim seriam conectados com o pensamento e forma de ver o mundo de Marighella. E para completar, no interior do estado, no horário da manhã, por volta das 8h30, momento escolhido pelos membros da ALN para se conectar com a população, cerca de 80% dos aparelhos estariam sintonizados na emissora para ouvir o espaço policial, significando um grande número de ouvintes.

O objetivo era veicular um manifesto de Marighella que havia sido lançado em junho e se intitulava *Ao povo brasileiro*. Tudo aconteceu em 15 de agosto de 1969, de uma maneira cinematográfica, relata Magalhães:

Pouco antes das oito e meia da manhã, um Aero-Willys e um Fusca repletos de guerrilheiros estacionaram em Piraporinha e não desligaram os motores... Cerca de seis militantes se mantiveram do lado de fora do prédio, e outra meia dúzia entrou, incluindo o técnico, dono do estúdio de gravação. Arrancaram a Taurus.³² do vigilante e cortaram o som emitido na sede da rádio em Santa Cecília. Enquadraram os dois operadores em serviço, conectaram o gravador ao transmissor que enviou o áudio para a antena e trancaram os três funcionários no almoxarifado. (Magalhães, 2012, p. 456).

Segundo ele, em 15 de agosto de 1969, “às 8h33, um número incalculável de ouvintes se espantou com uma voz encorpada e de sotaque paulista ressoando nos bares, escritórios, padarias, carros e lares.” (Magalhães, 2012, p. 456). Na abertura, por causa dos incêndios e atentados contra televisões, foi introduzida uma advertência.

Atenção, muita atenção! Senhoras e senhores: tomamos esta emissora para transmitir a todo o povo uma mensagem de Carlos Marighella. Brasileiros, queremos esclarecer a opinião pública que os últimos atentados contra as emissoras de TV são de responsabilidade do governo. O governo faz isto na tentativa de jogar o povo contra os revolucionários. Deixamos bem claro que nossos atos de sabotagem e terrorismo são voltados contra a ditadura militar e o imperialismo americano. (Magalhães, 2012, p. 457).

Em seguida, a voz comunicou aos ouvintes quais eram os objetivos do manifesto:

1) Derrubar a ditadura militar, anular todos os seus atos desde 1964, formar um governo revolucionário do povo; 2) expulsar do país os norte-americanos, expropriar firmas, bens e propriedades deles e dos que com eles colaboram; 3) expropriar os latifundiários, acabar com o latifúndio, transformar e melhorar as condições de vida dos operários, dos camponeses e das classes médias, extinguindo ao mesmo tempo e definitivamente a política de aumento dos impostos, dos preços e aluguéis. (Magalhães, 2012, p. 457).

O manifesto também exigia o fim da censura e a volta da liberdade de imprensa:

4) acabar com a censura, instituir a liberdade de imprensa, de crítica e de organização; 5) retirar o Brasil da condição de satélite da política externa dos Estados Unidos e colocá-lo, no plano mundial, como uma nação independente, reatando ao mesmo tempo laços diplomáticos com Cuba e todos os demais países socialistas. (Magalhães, 2012, p. 457).

Quando o serviço secreto do Exército concluiu a transcrição e percebeu a ousadia dos revolucionários da Ação Libertadora Nacional, os invasores da emissora já haviam partido. De acordo com Magalhães, Marighella “exultou com o resultado da ação.” (Magalhães, 2012, p. 458).

Magalhães narra que antes dessa ação o grupo cogitou levar Marighella ao estúdio para gravar a mensagem. Mas consideraram imprudente que ele andasse pelo centro. Por isso, a produção da gravação ficou sob responsabilidade do universitário de 24 anos, o *Belloque* que, com o Hino Nacional ao fundo, incluiu a voz gravada de Marighella que preencheu a fita com três leituras do texto. (Magalhães, 2012, p. 455).

Outra alternativa para burlar a censura imposta pelo regime ditatorial contra a imprensa, e muito bem utilizada por Marighella, foi a criação da Rádio Libertadora. No canal YouTube¹ pode-se ouvir uma das gravações feitas pelo próprio Marighella, de algumas que eram repassadas às rádios ou veiculadas em alto-falantes em diferentes lugares. A gravação está preservada no Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro (ASMOB) e a declaração, como outras, foram transcritas e reunidas no livro *Radio Libertadora, A Palavra de Carlos Marighella*. A transcrição da afirmação também pode ser acessada no site Documentos Revelados² onde podemos perceber algumas semelhanças com a mensagem irradiada na tomada da Rádio Nacional de São Paulo. Segundo o documento, a gravação inicia com o fundo musical com o Hino Nacional e o Hino da Independência e também tem uma explicação:

Ao povo brasileiro. Partidários da guerra revolucionária, nela estamos empenhados com todas as nossas forças no Brasil. A polícia nos acusa de terroristas e assaltantes, mas não somos outra coisa, senão revolucionários que lutam à mão armada contra a atual ditadura militar brasileira e o imperialismo norte-americano. (Documentos Revelados).

Depois de expostos os cinco objetivos, que estão na transmissão na Rádio Nacional, Marighella explicou que a iniciativa era

para combater a ditadura militar e atingir os objetivos aqui expostos, não recebemos do estrangeiro nem armas e nem recursos financeiros. As armas são obtidas mesmo no Brasil. São armas capturadas dos quartéis e tomadas da Polícia. Ou são aquelas que os militares revolucionários entregam à revolução, quando desertam das Forças Armadas da ditadura, como fizeram o capitão Lamarca e os valorosos sargentos, cabos e soldados, que o acompanharam na retirada do Quartel de Quintaúna. (Documentos Revelados).

Marighella demonstrava que era um otimista e afirmava que esperava que essas atitudes continuassem acontecendo para “desespero e desmoralização dos gorilas e fortalecimento da revolução.” (Documentos Revelados). Ele acrescentava ainda que o

¹ *Rádio Libertadora – Ao povo brasileiro – Carlos Marighella*. Trecho retirado do Projeto “Rádio Libertadora, a Palavra de Carlos Marighella”, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, trecho dos seus discursos na “Rádio Libertadora”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UqYmDkFa9yQ>. Acesso em: 2 jan. 2014.

² *Documentos Revelados* é um portal on line que contém as Memórias da Ditadura que foi organizado pelo Instituto Vladimir Herzog em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que tem como objetivo divulgar a história do Brasil no período de 1964 a 1985. O site pode ser encontrado no site: <https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/>.

dinheiro arrecadado pelos grupos revolucionários era fruto dos assaltos a bancos do país, daqueles que expropriam e enriquecem, “explorando de forma brutal o povo brasileiro” (Documentos Revelados), e que teriam lucrado 400 bilhões de cruzeiros velhos. Em contrapartida, ele acrescentava no texto gravado que os trabalhadores bancários ganhavam salário mínimo e tinham que trabalhar pelo menos 25 anos para receber o dobro deste “miserável salário”. (Documentos Revelados). O revolucionário enfatizava que os meios utilizados pelos revolucionários para combater a ditadura eram legítimos e que nenhum “homem honrado pode aceitar a vergonha e a monstruosidade do regime imposto pelos militares e pelas Forças Armadas no Brasil.” (Documentos Revelados). A mobilização dos estudantes, dizia, são testemunhos de que os norte-americanos são repudiados no Brasil e só têm apoio da ditadura militar.

A guerra revolucionária que estamos fazendo é uma guerra prolongada, que exige a participação de todos. É uma luta feroz contra o imperialismo norte-americano e contra a ditadura militar brasileira, que funciona como agente dos Estados Unidos dentro de nossa pátria. É a continuação da luta heróica de Guevara, iniciada no Bolívia, pela Libertadora de toda a América Latina. É uma luta profunda, visando a transformação da sociedade brasileira. (Documentos Revelados).

Marighella salientava que a Libertadora do povo não tinha prazos e não tinha pressa porque não é uma quartelada ou um golpe militar que podiam substituir os outros no poder. Para ele, a única maneira de derrubar a ditadura era com a luta armada.

A voz de Marighella foi silenciada quando ainda tinha 57 anos. Ele foi morto numa emboscada, na alameda Casa Branca, em São Paulo, na noite de 4 de novembro de 1969.

Considerações finais

Carlos Marighella, figura central da resistência à Ditadura Militar no Brasil, simboliza uma ruptura com as estratégias convencionais de luta política, encarnando uma abordagem radical em defesa da luta armada como único caminho para derrubar o regime autoritário. Sua visão revolucionária o colocou em conflito com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao qual foi filiado por 37 anos. O PCB, defensor de uma transição política pacífica e dentro das regras impostas pelo jogo político, viu Marighella romper com suas diretrizes ao defender uma ação direta e violenta contra o sistema. Esse rompimento se consolidou em 1966, quando Marighella, insatisfeito com a postura do

partido, enviou uma carta à Comissão Executiva pedindo seu desligamento. Em 1967, sua participação, ainda que desautorizada, na conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) marcou sua expulsão formal do PCB.

A criação da Ação Libertadora Nacional (ALN), em 1968, consolidou Marighella como o principal articulador da luta armada no Brasil. A ALN, inspirada pelas experiências de guerrilha na América Latina e por ideais marxistas-leninistas, defendia a revolução popular como resposta ao imperialismo norte-americano e ao autoritarismo brasileiro. Aos olhos do regime militar, Marighella não era apenas um dissidente político, mas o "inimigo número um da nação", liderando ações audaciosas como assaltos a bancos, sequestros e mobilizações operárias. Essas ações não apenas garantiam recursos financeiros para a resistência, mas também desafiavam a ordem pública e expunham as contradições de um regime que se sustentava pela repressão brutal.

Além da prática guerrilheira, Marighella demonstrava um domínio excepcional da comunicação, entendendo a importância de ocupar espaços simbólicos na luta pela hegemonia ideológica. Em um contexto de censura absoluta e controle midiático pelo Estado, ele utilizou meios alternativos para transmitir suas mensagens revolucionárias. Sua oratória persuasiva e sua habilidade como escritor permitiram que ele elaborasse discursos que transcenderam o tempo. A invasão da Rádio Nacional de São Paulo, em Piraporinha, tornou-se um marco nessa estratégia, permitindo que Marighella explicasse diretamente ao público a necessidade da luta armada e denunciasse a opressão da ditadura e o imperialismo norte-americano.

No entanto, o enfrentamento direto ao regime teve um custo alto. A repressão intensificou-se a partir de 1969, quando o general Emílio Garrastazu Médici assumiu a presidência. O aparato estatal foi reforçado com técnicas de tortura sistemática, desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais, tornando a sobrevivência das organizações de resistência quase impossível. Marighella foi uma das principais vítimas desse novo momento. Morto em uma emboscada em São Paulo, no dia 4 de novembro de 1969, seu assassinato marcou o início do declínio da luta armada no Brasil. A ALN e outras organizações guerrilheiras foram desarticuladas, e o regime militar se manteve no poder até 1985, consolidando quase duas décadas de autoritarismo.

A trajetória de Marighella transcende a narrativa convencional de um revolucionário combatendo uma ditadura. Sua vida foi simbolizada os dilemas éticos e estratégicos da resistência armada em um contexto de repressão extrema. Sua defesa da

luta direta, em contraste com as táticas conciliatórias do PCB, questionou os limites da legalidade em regimes autoritários e levantou debates sobre as possibilidades e os custos da revolução em sociedades profundamente desiguais. Marighella sonhava formar parte de um Brasil livre da exploração econômica, do controle imperialista e das amarras culturais da opressão, mas sua morte e o fracasso da luta armada no Brasil evidenciaram os desafios de concretizar esses ideais em um contexto de vigilância militar implacável e repressão violenta. Contudo, sua figura permanece como símbolo de resistência, inspirando reflexões sobre a coragem de enfrentar o autoritarismo e os sacrifícios envolvidos na busca por justiça social e liberdade.

Referências

ABREU, A. A. de. *Partido Comunista do Brasil*. FGV. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20\(PCB\)%20-%20Primeira%20Rep%C3%BAblica.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20(PCB)%20-%20Primeira%20Rep%C3%BAblica.pdf)>.

Acesso em: 30 jan. 2023.

Ao povo brasileiro. Disponível em: <<https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/downloads/docs-sabbag/sabbag-doc-3-carta.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

Ditadura militar no Brasil – Monografias Brasil Escola. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.com/historia/ditadura-militar-no-brasil.htm>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

Documentos Revelados. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/repressao/forcas-armadas/espetacular-tomada-da-radio-nacional-de-sao-paulo-pela-resistencia-a-ditadura/>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

Escritos de Carlos Marighella. São Paulo: Editorial Livramento, 1979. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marighella/ano/mes/escritos.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

GASPARI, É. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2002.

GOLDENBERG, M. *Bandido ou herói? Como a imprensa noticiou a morte de Carlos Marighella*. Cadernos de Antropologia e Imagem (UERJ), Rio de Janeiro, v. 16, p. 17-33, 2003.

HEYMANN, L. Q. *Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller*. Estudos Históricos, v. 10 n. 19, 1997, p. 41-66.

MAGALHÃES, M. *O guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MAGNO, M. I. *Carlos. 1964.1968. Memórias de um tempo em que tanques e fuzis atropelaram sonhos e deixaram espíritos sem rumo*. Comunicação & Educação, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 141-152, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v23i2p141-152. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/150345>. Acesso em: 3 nov. 2023.

MARIGHELLA, C. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

Marighella. Documentário dirigido por Isa Grinspum Ferraz, de 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SF2Rt1-e8G8>>.

MOTTA, S. IG Brasília. *100 anos de Marighella: Ouça entrevista histórica do guerrilheiro*. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/100-ano-de->

marighella-ouca-entrevista-historica-do-guerrilheiro/n1597396319790.html>. Acesso em: 5 jan. 2014.

PAIXÃO, C. *Entre regra e exceção. Normas constitucionais e atos institucionais na ditadura militar brasileira (1964-1985)*. História do Direito: RHD. Curitiba, v.1, n.1, jul-dez de 2020. p. 227-241.

Rádio Libertadora – Ao povo brasileiro – Carlos Marighella. Trecho retirado do Projeto “Rádio Libertadora, a Palavra de Carlos Marighella”, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, trecho dos seus discursos na “Rádio Libertadora”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UqYmDkFa9yQ>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

RESENDE, P. A. *Ser um embaixador não é um mar de rosas: o sequestro de Charles Burke Elbrick no Brasil em 1969*. 2019. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RIBEIRO, A. P. G.; BERTOL, R. Mídia e memória da ditadura brasileira: a história e os usos políticos do passado. *Rumores – Revista On line de Comunicação, Linguagem e Mídias*. Número 29. São Paulo, n. 29, v.15, jan-jun. 2021. p. 16-37. Disponível em

ROLLEMBERG, D. *Esquerdas revolucionárias e luta armada*. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. N. A. (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 43-91.

SILVA JÚNIOR, E. T. da. *Carlos: a face oculta de Marighella*. Dissertação (Mestrado em História Social do Trabalho) - Universidade de Vassouras, Rio de Janeiro, 1999.